

**A
PAZ NA TERRA
E A
RENDA BÁSICA**

MARCUS BRANCAGLIONE

A PAZ NA TERRA E A RENDA BÁSICA

MARCUS BRANCAGLIONE

© 2017 Marcus Brancaglione.

Este trabalho e todo *seu conteúdo está licenciado sob a Licença*

ARobinRight.

Para ver uma cópia desta licença,
visite <https://www.recivitas.org/licenca-robinright>

Autor: BRANCAGLIONE, Marcus

Revisão e organização:

Bruna Augusto e Pedro Theodoro dos Santos Neto

1.....	6
Da violência e Contra-violência, e do direito legítimo a resistência, defesa, revolução e fundação de verdadeiros estados livres, paz e justiça	6
2.....	16
A propriedade de paz versus o subsídio a posse violenta: Igualdade de Poderes não é de Riquezas. Nem toda direito a liberdade negativo ou imaterial.....	16
3.....	21
Da nulidade do contrato social de servidão política e econômica.....	21
4.....	28
Porque todos prisioneiros também deveriam receber renda básica ou, o que é a mesma coisa, não deveríamos fazer de ninguém um prisioneiro	28
5.....	38
Meus amigos... os robôs	38
Epílogo.....	45
PUBLICAÇÕES ORIGINAIS:.....	46

Pela Paz, e aos meus filhos.

A Paz na Terra e a Renda Básica

1.

Da violência e Contra-violência, e do direito legítimo a resistência, defesa, revolução e fundação de verdadeiros estados livres, paz e justiça

Gostaria de destacar algumas importantes características da defesa social contratualista e jusnaturalista da renda básica como garantia de novos direitos humanos e ambientais, a (bem)dita renda básica ecolibertária.

Parte I — Teoria de Estado e Conhecimento

Os teóricos do estadismo “ensinam” em suas escolas (e nossas desde criancinhas goste ou não) que o estado de paz é o produto da renúncia à violência em favor do monopólio da violência. Não sei se acreditam mesmo nisto ou se já pararam para pensar sobre o que professam, mas na cabeça deles isso não é uma tese é lei, e não pela

“coerência” dessa lógica, mas pela sua força da sua autoridade, derivada não por acaso desse monopólio.

Se a você como a mim não faz muito sentido essa paz é porque você não pertence serve ou é protegido pelo Estado ou mesmo sendo, não é hipócrita ou idiota ao cúmulo de pregar isso como um estado de justiça, direto ou paz. Eles até encham essa abobrinha com muita recheio chique e especiarias refinadas, mas no final das contas, continua sendo um monte de abobrinha recheada e temperada com desonestidade intelectual, servilismo e dogmatismo.

Discutir justiça (social ou não) com qualquer indivíduo que não tenha a mínima coragem de por em questão esse dogma é o mesmo que debater a existência de deus com um fanático religioso. É impossível provar qualquer coisa até mesmo que deus existe porque ele sequer aceita que se questione seu objeto de adoração.

Se nem o que se considera divino e sagrado se prova sem sinceridade por em questão sua falsidade ou negação. Que dirá a paz sem honestamente pôr em questão a violência e seu monopólio? Ou a liberdade sem com coragem por em questão todo poder e autoridade e sua negação? É impossível sinceramente ter fé ou ciência da paz sem questionar. Porque a simples supressão do

questionamento e imposição da preconceituação já é a violência primordial.

A certeza sem questionamento é a idiotia em toda a sua violência e submissão. Chame-a de fé ou ciência.

É obvio que fingir que duvidamos de tudo é absolutamente patético. Porque não há duvida sem fundamento. Da mesma forma que não há certeza sem duvida. Logo o que sustenta a verdade de um principio natural ou universal não é o dogma ou autoridade da sua imposição, mas a constante liberdade do seu questionamento e a permanente redescoberta, reconhecimento perante a a liberdade absoluta que ele garante, e permite seu conhecimento: o livre pensamento.

Não há como ser livre, sem ser um livre pensador. E não há como dizer que o conhecimento que sai pela sua boca é seu pensamento e não de outro, que ele é a fé na sua ciência, e a (con)ciência dessa fé, sem ao menos uma vez na vida ter se questionado sobre essas mais absolutas certezas que constitui o pensar até mesmo como questionar.

A verdadeiro conhecimento, diga-se objeto de fé ou ciência, não é um saber específico, não é a certeza da

mente dormente e entorpecida, mas a o estado oposto de vigília e consciência aquele que substitui o seu bom senso e juízo pela autoridade alheia e alienadora da sua própria razão e sensibilidade.

Isto posto voltemos a questão. E repitamos a definição com os devidos sujeitos seus privilégios e obrigações: “o estado de paz” segundo a ideologia do estadismo é: o produto da renúncia da violência dos povos em favor do monopólio da violência dele, o Estado.

Logo, o que estadismo e seus advogados denominam por estado de paz em se perfeito em sua definição de monopólio da violência seria a autocracia absoluta: tirania. Mas e qual seria o mais então a antítese mais perfeita desse falso estado de paz?

A desmonopolização da violência? O monopólio da não-violência? A anarquia absoluta? Ou uma democracia plena?

Vamos olhar para a anarquia como um estadista ou um indivíduo aculturado pelo estadismo a vê. A anarquia seira o direito absoluto de cada pessoa fazer o que bem entende. Ou seja de fundar individualmente um estado absolutista de si mesmo em relação ao mundo, declarar-se

o rei de si mesmo e agir como reis agem como o desposta, disputando pela supremacia da força a jurisdição sobre o que pode ou não pode fazer com o mundo e com as outras pessoas. Seria a multiplicação do Estado e suas guerras em tantas pessoas quantas houvessem sobre a terra. Não é a toa que o estadista teme tanto a liberdade, ele julga a humanidade pela medida de si mesmo.

Vamos olhar agora para anarquia como um libertário puro a vê. A anarquia não poderia ser o direito absoluto de fazer o que se quer, de fundar uma tirania de um homem só, ou de vários, mas justamente o oposto. Seria a proibição de que qualquer homem suprisse com violência, isto é, sem o consentimento expresso dos demais qualquer uma de suas liberdades ou direitos naturais, tais como o resistir com todas as suas forças a violência ou seu monopólio.

A anarquia seria portanto assim como sua contraposição a tirania um princípio e não um sistema. Ambas carecem do como? Na tirania a questão é: como um homem ou um grupo violentos irá obrigar os demais a renunciar a seu direito de se defender e impor-se como único com o direito de agredir. Na anarquia a questão é: como um homem ou grupo de pessoas pacíficas pode se defender liberdades daqueles agressores, sem se tornar imediatamente um ameaça agressora? Como as tiranias fazem isso, não é preciso imaginação, basta estudar a

historia do estadismo. Já com as anarquismo a solução é mais complexa, porque não há referência, ainda estamos a procura da resposta;

Vejamos o dilema: se as pessoas de paz se armam para se defender de potenciais agressores, elas passam a se constituir em ameaça de agressão para o seus próximo. E não adianta dizer que as 30 toneladas de dinamite que você estoca são para sua proteção. Pois assim como a pessoa que se arma por medo do que os demais pode fazer. Aquele que vê o que outro se armando ou armado até os dentes, não vai conseguir conformá-la a menos que já esteja adestrada que a arma na mão no outro não é um perigo potencial contra ela.

Contudo a logico do desarmamento também não parece a mais segura, já que se desarmássemos a todos, e quando digo a todos, não estão fazendo a divisão fazendeiro e gado, que exclui as autoridades do todos. Mas todos, se celebrássemos um grande paz. Não estaríamos seguros, mas indefesos a qualquer violento que decidisse refundar sua tirania privada como bandido ou como estadista.

Parece que estamos presos numa eterno dilema: se armarmos sem parar causamos a guerra que queremos evitar nos tornando para os outros a ameaça potencial que tanto tememos. Se nos desarmarmos nos tornamos

vulneráveis a qualquer a dominação e violência até dos mais fracos bandidos e tiranos?

Qual é a solução? A solução é a democracia.

Não essa falcatura que nos conhecemos hoje, mas a verdadeira república democrática. Permitam dizer algumas palavras do como ela seria, ou deveria ser.

Se o monopólio da violência é a tirania. uma democracia perfeita é a república. Uma república se constitui tanto da desmonopolização da violência quanto a distribuição perfeita ou seja igual de força entre todos os cidadãos de tal modo que nenhum tema supremacia para impor-se aos demais. Porém como isso não é si só suficiente para garantir que os supremacistas voltem a prevalecer com seus bandos e culturas violentas, é necessário igualmente que estas forças igualmente distribuídas simetricamente para se equilibrarem celebrar um acordo de paz, ou mais precisamente de proteção mútua contra a violência ou sua ameaça.

De tal modo que se qualquer indivíduo grupo comece a acumular forças ou armas que possam desequilibrar essa igualdade e se impor com violência, essa sociedade de paz possa imediatamente reagir antes mesmo que ele aja, não

atacando, ou prendendo-o, mas desarmando, e não completamente, de modo a deixar vulnerável aos demais, mas até o ponto do reequilíbrio das forças.

Notem que neste caso a paz não é pela força por nenhuma entidade suprema formada pela união ou supremacia, mas justamente pelo princípio contrario pela disposição de manter a distribuição igual de forças de tal modo que não importa a potencia dos elementos, mas a manutenção do seu equilíbrio.

De fato a renuncia a violência não faz de ninguém uma pessoa pacífica, mas indefesa e vulnerável inclusive para resistir contra as agressões dos violentos. E a posse em si de força não constitui nem poder ou ameaça. Mas sim a sua desigualdade. A desigualdade de forças constitui a ameaça. a sua imposição a relação de poder, a sua institucionalização o domínio por desigualdade de autoridades e a aplicação de fato a violência e violação da liberdade do mais fraco pelo mais forte.

Rigorosamente o monopólio da violência, não é um estado de paz, pois não demanda a renuncia de todos a violência, mas somente dos cidadãos comuns em favor das autoridades as únicas que se reservam a prerrogativa do uso da violência. O verdadeiro estado de paz, existe com monopólio nem renuncia a violência. Pois a renuncia

incondicional a legítima defesa e resistência contra a violência resulta justamente no oposto, a submissão às ditaduras e cultos à violência e seus líderes.

O estado de paz, é o resultado não da renúncia à violência, mas da distribuição absolutamente igual de forças entre todos os cidadãos de modo que nenhum deles esteja indefeso à violência dos demais. Mas em união possam legitimamente se defender mutuamente de qualquer violência ou monopólio.

De fato a própria distribuição igual de forças neutraliza a ameaça da violência. Não pela intimidação ou do medo de um poder supremo formado pela união, mas justamente pela ausência dessa força maior que se constitui o poder por definição como a ameaça maior.

O que faz da força de A uma ameaça contra B não é sua potência. Mas sua desigualdade. Tornar um cidadão inofensivo, não gera a paz, apenas o torna potencial vítima dos mais fortes que eles. A segurança de fato é como sensação que a vida em sociedade fornece não é a de se armar até os dentes contra o seu vizinho, da vingança de vigilantes, mas a certeza que ele e portanto os agressores tem que se ataque a um dos seus membros provocara a reação de todos, e que nenhum deles ou grupo é suficientemente poderoso para conter ou submeter essa

sociedade a supremacia da sua violência, fazendo dela um monopólio.

Forças distribuídos em igualdade entre todos os cidadãos formam a rede democrática das repúblicas e o estado de paz, porque a supressão da desigualdade de poderes elimina a violência das relações, e faz da consensualidade uma regra não por imposição de autoridade, ou proibição da resistência a violência, mas por garantias mutuas de proteção a liberdades universais sobretudo contra as relações de poder e sua violência.

Não só não é necessário renunciar a nossos direitos de legítima defesa, para celebrar a paz. Pelo contrário é necessário reconhecê-los e preservar esse direito natural de modo que não formemos uma sociedade de ovelhas a espera de lobos e pastores, mas de gente sempre pronta quando necessário a resistir a domesticação e predação.

É evidente que não temos no mundo tiranias perfeitas, monopólios da violência absolutos, nem muito menos democracias plenas, isto é igualdade de poderes absolutas entre todos os cidadãos, O que existe de fato no mundo é qualquer coisa mais ou menos no meio disso. O problema é que estamos infinitamente mais pro lado autoritária do que o libertário, e agora tendendo e flertando perigosamente com uma maior radicalização.

Esse principio de direito é universal e vale tanto para estado de paz nacional quanto internacional. A Paz se celebra não pela renuncia e submissão de A e B em favor de C mas pela distribuição igual de forças entre A, B, C de modo que suas potencias se neutralizem pela equivalência e seu acordo de paz impeça pela somatória de forças iguais que o projeto de supremacia ou monopólio de qualquer um deles prevaleça sobre os demais.

2.

A propriedade de paz versus o subsídio a posse violenta: Igualdade de Poderes não é de Riquezas. Nem toda direito a liberdade negativo ou imaterial

Parte II— Da riqueza e propriedades violentas e de paz

Defendemos a distribuição igual de forças e a igualdade absoluta de poderes e liberdade, direitos e deveres entre todos os membros de uma sociedade seja ela nacional seja ela das nações para a instituição da paz.

Porém é importante destacar que quando falamos de distribuição igual de forças, não estamos falando de riquezas. Estamos falando de poderes tanto políticos quanto econômicos que podem ser utilizados para como instrumento de agressão ou privação. A riqueza de uma pessoa não constitui risco, roubo, ofensa, perigo, afronta, dominação, exploração por maior que seja a desigualdade se ela não for constituída ou se constituir a partir da privação e agressão dessa pessoa, ou para sua privação e agressão. A desigualdade de poderes são sempre perigosas em si, porque poder se constitui da violação ou ameaça de violação da liberdade e propriedade alheia. Desigualdades de riquezas, isto é quantidades maiores de liberdades e propriedades não onde todos tem propriedades e liberdades suficientes para resistir se defender justamente contra qualquer tentativa de agressão ou privação das mesmas.

Possuir o que outro não tem, ou possuir mais não é roubo nem uma violência nem mesmo quando isso foi apropriado da natureza e não o foi para fins produtivos. Toda posse se não-violenta deve ser perante as sociedades de paz legítima e protegida contra força proporcional contra qualquer forma de tomada violência. Isto é contra violência usada para tomá-la e não obviamente ocupações pacíficas. Se é a apropriação pacífica que garante a posse das legítimas das propriedades de paz, não pode ser preservada com violência. Logo a posse só se legítima pela

capacidade do apropriador não apenas tomá-la para si sem violência, mas mantê-la para si sem violência perante aqueles que são capazes de se apropriar pacificamente delas. O princípio legitimador prevalece. Aquilo que você pode pegar sem violência e manter sem violência é seu. E a legítima defesa só é válida perante a agressão ou privação. Se aquele que ocupa um espaço não o toma com violência nem aquele que o mantém com a privação dos demais nem o ocupante pode ser expulso, nem o apropriador expropriado, mas ambos devem ter sua posse reconhecida pelo usufruto pacífico.

Logo contratos sociais não podem impor possessões políticas e posses econômicas que constituam ameaça, agressão, privação ou expropriação dos demais, nem muito menos podem impo-las por ameaça de mais violências, mais agressão, privação e expropriação.

Mesmo sem constituir um monopólio da violência, não é justo nem possível constituir sociedades de paz baseada em renúncias de direitos naturais mas pelo contrário apenas pela sua garantia, proteção e equilíbrio, ou seja pelo estado de igualdade destes direitos para todos, de tal modo que a paz e propriedade de A não seja continuidade pela violência e privação de B. Ou seja que a paz dos iguais e protegidos não se estabelece como declaração de guerra tácita contra os discriminados e excluídos.

Logo tanto a propriedade quanto a legítima defesa são direito natural porque legislar contra ele não é só ilegítimo, criminoso e desumano, é desinteligente incoerente e estúpido, pois é exigir o impossível: é exigir a renunciar ao que não é possível renunciar a luta pela sua vida e liberdade.

Exigir o que o outro não pode dar não é justiça, é violência. Não é um contrato social, é uma uma declaração formal de guerra contra a vida e o direito natural dos demais. E se não um ato intencional de guerra de um genocida querendo provocar conflitos, procurando desculpa para exterminar a humanidade alheia, é no mínimo uma burrice tremenda de quem não sabe viver em paz. Não se funda estado de direito, com tanta ignorância, brutalidade e retrocesso, mas de exceção. Porque quem detém a força e o poder pode destruir tudo, tomar tudo como seu, escravizar os mais fracos, mata-los de fome ou trabalho, sacrificar suas vidas em seus cultos malditos, pode fazer tudo de ruim que lhe der na cabeça por que detém a força, mas não há poder supremo no universo que possa impedir as consequências dos atos ou anular a reação contrária de quem sofre com esta força ainda que essa reação não seja imediata exatamente ao mesmo tempo ou espaço. Como diria o aristocrata francês guilhotinado e que portanto deveria ter entendido mais profundamente a universalidade da lei enunciada por ele mesmo: *“no universo nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”*.

O que portanto as pessoas de paz ou inteligentes fazem quando decidem não atacar uma outras e se proteger das violentas e estupidas que não sabem ainda convivem em paz é não é suprimir ou reprimir a impossível a reação natural e necessária a quem não quer ser exterminado. O que elas fazem é justamente o oposto: eliminam as causas geradoras desse mal, a pretensão de domínio violento de qualquer individuo ou grupo sobre os outros. É portanto conduzir as transformação permanentes do mundo as ações reações e relações sociais sempre para a direção a liberdade, igualdade e fraternidade e não ao poder, desigualdade e patriarcalismo.

Ora o que dá o direito natural sobre uma propriedade não é nenhuma autoridade divina ou estatal mas o direito de lutar pela vida e liberdade. Esse direito jamais se extingue. Onde há violência generalizada ou monopólio da violência ela é tomada e mantida pelo mais forte enquanto ele conseguir se manter de pé. Em estados de paz ela é protegida pela principio oposto ao das tiranias, a saber:

Tiranias se estabelecem pelo sistema retroalimentado de centralização de poder e riquezas e disseminação da miséria e servidão. Democracias pela equalização das liberdades e poderes, pela erradicação da miséria e privilégios de autoridade, isto é pelo sistema

retroalimentado de permanente distribuição igual dos poderes para descentralização e maximização da distribuição das riquezas.

A democracia não é portanto a distribuição igual de riquezas pela redistribuição forçada das propriedades e rendas particulares, mas sim a garantia incondicional e inalienável da posse de fato política e econômica das propriedades e rendas tanto particulares quanto comuns como deveres mútuos ou sociais para a garantia universal das liberdades e direitos naturais absolutamente necessários a eliminação das privação primitiva geradora dos conflitos e servidão, ou seja, absolutamente necessários a paz como estado.

3.

Da nulidade do contrato social de servidão política e econômica

Parte III — Renda Básica e Escravidão

A propriedade é, e sempre será, naturalmente efêmera. Não é de ninguém, nem de todo mundo, é de qualquer um consegue ocupá-la e manter enquanto tiver a força para

mante-la. Mesmo que a ocupemos e a mantenhamos sem violência se não formos capazes de defendê-la contra os supremacistas e violentos não resistiremos.

É preciso portanto constituir uma sistema de cooperação mutua que neutralize a desigualdade de poder politico-econômico. Um sistema de proteção social que mantenha de fato a igualdade basilar de forças entre todos pela garantia das liberdades fundamentais para cada um. Ou seja, um sistema de garantia de e propriedades e rendas básicas para cada pessoa, de modo que todos possam não apenas subsistir em paz, mas contribuir para o sistema de defesa mutua contra os projetos de poder e violência.

Esse sistema de proteção social não é se dá portanto distribuição igual de riqueza ou expropriação de propriedades de paz legítimas, mas justamente pela disposição contraposta: o impedimento que posses e possessões se constituam pela expropriação, privação, ou agressão ao outro. Ou o que é a mesma coisa a instituição violenta de poderes politico-econômicos pelo processo de roubo, privação, carestia e enfim exploração e recrutamento das pessoas naturais expropriadas e alienadas.

Ou seja:

(i) Impedindo pela distribuição absolutamente igual de forças a desigualdade de poderes que gera a violência e seus monopólios.

(ii) impedindo pelo controle e participação inalienável de todas as pessoas no bem comum que se institua a roubo e privação que gera as condições de carestia e vulnerabilidade de onde emerge a desigualdades de poder.

(iii) e impedindo pela redistribuição voluntária de riquezas que mesmo onde o rendimento da propriedade comum não seja suficiente que ninguém esteja abaixo do mínimo necessário não só para viver em paz, mas para aderir ao estado de paz enquanto permanente resistência e profilaxia contra todo monopólio da violência e oligopólios por ela subsidiados.

Numa sociedade que é mantida por contrato social ou acordo de paz, ao contrário do monopólio da violência não se pode subtrair nem se impor nenhuma propriedade, e isto implica que não só não se pode exigir tributos em renda ou propriedades particulares para formar o bem público, quanto expropriar qualquer pessoa da sua participação no bem comum para formar propriedades públicas ou privadas.

Contudo como não existe posse particular nem pública que não prive os demais de seu bem comum aquele que se aproprie dele tem uma dívida proporcional e permanentemente renovada como os demais na exata medida da extensão que sua propriedade implique em privação. Se essa privação for insignificante, isto é, se houver abundância, então não há dívida.

Mas isso não implica necessária que os particulares tenham que contribuir para um sistema de garantia de renda básica onde o bem comum continue sendo abundante tenha obrigação de dar uma parte da seu rendimento para sustentar os demais. Ele não pode se apropriar dos dividendos sobre o bem comum dos demais, mas se eles não são suficientes não podem por direito natural ser obrigados a sustentar os demais. Porém também não pode pelo mesmo direito natural exigir deles que eles renunciem a força para tentar sobreviver, especialmente onde todas as propriedades ou já são privadas, ou estatais, mas nenhuma é de fato pública ou comum de modo a garantir a subsistência.

De fato onde a apropriação seja ela particular ou coletiva da propriedade natural, isto aquele propriedade que pode ser naturalmente usufruída livremente por qualquer um conforme a necessidade, não existe mais ou é insuficiente para que a pessoa sobreviva diretamente da natureza, a

sociedade que ocupa um determinado território tem por obrigação não apenas com todos os seres humanos que o habitam, mas com todos os seres vivos prover os meios vitais e ambientais necessários a sua subsistência e em liberdade, isto é sem exigir absolutamente nada em troca por algo que não lhe pertence exclusivamente, mas que de fato esta sob seu controle e posse excludente.

Aquele que controla um posse ou posse não tem absolutamente nenhuma dívida ou responsabilidade para os demais, se a propriedade em si não se constitui nenhuma privação das necessidades básicas dos demais. Porém a partir do momento que a sua propriedade passa a restringir os meios naturais do outro, esse indivíduo ou sociedade passa sim a ter que contribuir para a subsistência dos demais na exata medida das suas posses econômicas e políticas mesmo que legítimas e de paz.

Notem que nem toda posse gera necessariamente privação. Nem é a dimensão dessa posse ou riqueza que gera a demanda social de compartilhamento dos rendimentos. É somente a posse que pacificamente ou consensualmente detém o controle da participação dos demais.

Se a posse particular ou coletiva é insignificante perante a abundância ou comum, isto é, se a participação de cada

pessoa é suficiente a sua subsistência isto indica que essa posse não só é legítima como não tem nenhum passivo a contribuir com os demais. É isenta de contribuição.

Da mesma forma que se uma possessão política não ocupa todo o território deixando parte das terras livre o bastante para que outros povos que queiram se emancipam fundem sua nação. Também ela e as demais nações não tem nenhum compromisso com esses povos sob seu possessão política ou influência econômica.

Porém se uma nação ocupa um território inteiro com sua população excluindo as demais, ou mesmo ocupando e devastando todos os espaços naturais de modo a que nenhum outro povo ou ser vivo possa sobreviver. Então ela não só tem um passivo a compartilhar desses recursos naturais transformados em capital como meios vitais, não importa quando, mas tem um passivo de reconstituir esse meio ambiental na exata medida do necessário a provisão e preservação do mínimo vital e ambiental natural para todos.

Supondo ainda sim que nenhuma dessas demandas justas e ecológicas fossem verdadeiras porque necessárias e necessárias porque verdadeiras. Supondo que história do mundo fosse mesmo como pensam os economistas materialistas liberais, e alguém seja pobre,

porque ele ou seus antepassados não trabalharam bastante ou fizeram maus negócios, isto ainda sim não anularia a sua participação original na propriedades e rendas mais básicas por que isso é algo que seus antepassados não poderiam ter vendido nem renunciado, e portanto não poderiam ter sido tomados ou comprados por outros, porque a sua negociação ou a legitimação dessa violência como se fosse um negócio é o equivalente a legitimação de contrato de escravidão que por definição são nulos.

Um contrato de escravidão é sempre nulo pelo simples fato que não se pode prometer entregar o que até te pertence mas lhe impossível entregar. A sua alma, a sua livre vontade, não pode ser alienada porque assim como o pensamento não existe fora do fenômeno existencial do próprio ser. Prometer que renunciará a sua liberdade, que não será mais livre é o mesmo que prometer que não vai mais pensar. Como diz o filósofo você pensa logo existe, mas também existe logo pensa. E assim como é impossível a sua natureza do ser pesante não pensar, é impossível a natureza do ser dotado de livre vontade não ser livre. Você pode sim dar fim nos seus pensamentos ou na sua liberdade, pode dar fim a essa dívida extinguir esse fenômeno existencial se matando, mas não tem como transferi-lo como se fosse uma coisa para outro ser.

O ente não existe sem sua essência fenomenal. E o fenômeno não existe senão como propriedade, identidade e identidade do universo ou ente que o manifesta.

4.

Porque todos prisioneiros também deveriam receber renda básica ou, o que é a mesma coisa, não deveríamos fazer de ninguém um prisioneiro

Parte IV- Do direito natural e dever social da renda básica em estados de paz

Conforme afirmamos contratos sociais jamais podem ser de servidão tácita ou explícita, de renúncia à liberdade. Porque a liberdade é uma propriedade tão sua, tão exclusivamente sua que não é sua para dar ou renunciar, não enquanto vida ou alma em você. É por isso que todo pacto com o diabo se não é um mito é uma fraude. Esses leviatãs nunca entregam nada do que promete, porque também nunca levam nada do que o fiel promete mas não pode dar. E ele sabe disso... e não se importa, porque não quer levar almas, mas roubar vidas- de quem renuncia a ela em favor do poder dele.

Da mesma forma que a contrato social se funda na inteligência da abolição e combate a violência, ele também se funda em todas as formas de privação que geram a violência do homem contra homem, incluso a sua exploração e escravidão ainda que disfarçada sobre outros nomes ou amenizada pelo pacto de consolo e conforto material em troca da morte (espiritual) em vida.

A propriedade é natural, mas sua proteção social é a resultante do reconhecimento negociado de todos as pessoas de paz que tem interesse sobre ela. Consequentemente as rendas derivadas e as proteções sociais como rendimentos e incentivos idem.

Quando transformamos a propriedade natural que não tem é característica fixa, em uma propriedade de paz comum, ambiental, ou particular, passamos imediatamente a ter na razão inversa da privação que produzimos da propriedade natural a responsabilidade de paz, isto é de não violar, violentar, nem privar os demais do que necessitam para sobreviver ou viver com dignidade sem apelar para violência.

Essa obrigação de pagamentos deriva portanto do mesma obrigação de paz que impede de tomar o que é absolutamente do outro, ou que também é do outro como se fosse só seu. Não temos obrigação de pagar nada a

ninguém, mas não podemos também tomar como nosso o que é do outro sem cometer uma violência. Não se pode estabelecer renda básica por contribuições forçadas, mas não se pode negar o que pertence aos demais. Nem muito menos impedir as pessoas de contribuírem para suas sociedades de proteção mútua com seus recursos particulares e boicotarem quem não participa dessa proteção.

As propriedades naturais como disse não são de todo mundo. Uma cachoeira na China não pertence aos brasileiros da cidade de São Paulo, mas as pessoas, animais, plantas que carecem dela. Logo se os brasileiros de São Paulo têm interesse legítimo sobre ela é tão somente em sua preservação e não como pretensão de posse. E se, ou quando, vivermos num mundo livre e de paz, essas pessoas só poderão fazer valer seus interesses incentivando a preservação e financiando a sua proteção, mas jamais tomando e privando as pessoas do que é delas por força da necessidade natural seja para uso econômico ou supostamente ecológico, seja para sua preservação a revelia da vida local seja para sua predação em favor da vida alheia.

Ninguém deve ser obrigado a pagar tributos nem mesmo para sustentar o mínimo vital de outra pessoa se não o detém, quanto mais os privilégios de quem detém os seus

mínimo vital!!! Quanto mais pagar tributos para sustentar a usurpação dos seu próprio sustento e natureza como privilégios de quem o expropria e ainda o ameaça com mais roubo e violência!!!

Se não podemos subtrair a subsistência nem de animais selvagens e perigosos que eventualmente tenhamos que manter em cativeiro, se não podemos nem devemos matá-los em cativeiro mas garantir a a eles o meio ambientais vitais necessários a sua sobreviver, como é que podemos subtrair isso, das pessoas presas ou pior ainda... daquelas que supostamente são ou nascem livres??? Pior como podemos obrigar as pessoas a trabalhar para sustentar seu próprio cativeiro ou exploração? Que tipo de animal ou monstro faz uma coisa dessas e ainda tem coragem de chamar-se de homem e a seus campos de concentração e extermínio lento de estados de paz?

Notem portanto que a renda básica não é de propriamente de cidadania, ela não é a exigência uma renda básica que se exige como contrapartida daqueles que permanecem em paz. E nem pode ser exigida como tal ou ser subtraída por tanto de quem esteja preso.

Ninguém nem mesmo presidiários jamais deveriam privados como inclusive em tese se defende de uma renda básica. A ideia de que eles já são sustentados pelo Estado,

é absurda. Porque o que de fato o estado sustenta é a sua vida em detenção, que é inclusive infinitamente mais cara que a em liberdade! Vejam que aqui não estou nem entrando ainda no mérito se a detenção é justa ou injusta ou se deveria ser abolida; estou apenas apontado contabilmente que p custo corresponde a sua subsistência digna não é o mesmo que a somatória de todo custo do sistema penitenciário de detenção. afirmando que ela não suspende direitos que não pertence aos estados.

Suponhamos mesmo que não concordemos que a detenção seja justa. Isto ainda sim não permite que automaticamente descontemos da renda básica de uma pessoa que é sua propriedade inalienável nem os custos da sua detenção, e nem mesmo sequer o ressarcimentos dos danos que ela causou as pessoas, o que termos prejuízo duplo, os danos do crime, mas os custos da sua punição.

Se eles causaram danos, eles devem pagar, não nós pelo que fizeram e com o capital que tem. E para isso não precisam ser encarcerados, mas até se são pobres estar livres para trabalhar e pagar sua dívida com quem quer que seja. Porém não se poder subtrair a revelia do seu dono as propriedades particulares, e uma renda básica é essencialmente uma propriedade particular derivada de um posse comunitária. Esse pagamento deve ser executado de acordo com sua capacidade, sem prejuízo da

sua subsistência. Porque estaríamos novamente como a privação, ou detenção retirando os meios absolutamente necessários para quem não está mais em flagrantes estado de violência ou ameaça viver em paz.

Quando pagamos uma renda básica não estamos portanto comprando a renúncia do outro ou incentivando a sua adesão a sociedade de paz. Estamos pagando a parte que pertence a ele, mesmo que ele seja uma pessoa perigosa ou violenta, mesmo que ele seja um bandido, estadista ainda não regenerado.

Ora talvez você me pergunte, mas como assim devemos pagar uma renda básica até mesmo para as pessoas que nos ameaçam, aos violentos, os criminosos, até mesmo aos governantes e políticos genocidas? Sim. A renda básica é tão inviolável quanto a própria vida deles. O que podemos fazer é legitimamente sempre nos defender da sua flagrante ameaça ou violência e se consumada e detida cobrar pelos danos causados. Mas obviamente não subtraindo do que não pode ser subtraído, o necessário, mas sim dos excedentes os seus ganhos, a começar aqueles que obrigatoriamente eles tem que restituir o produto da seu roubo e expropriação violenta.

Seu direito não nasce como contrapartida do comportamento de paz, mas existe tanto como dividendo

social quanto compensação devida a sua subsistência na exata medida que a nossa apropriação pacífica ou detenção das suas liberdades em legítima defesa representa uma privação da mesma.

Logo um estado-nação tem detém o monopólio de um território tem portanto obrigação máxima de provisão do necessário, isto é não menos que o suficiente para a subsistência de todos, ou do contrário tem que renunciar a parte do seu monopólio sobre os recursos naturais para que as pessoas através da apropriação natural e pacífica, possam votar diretamente a ganhar seus sustento diretamente da terra: pode se chamar isso de direito a reforma agrária. E se não consegue nem isso, proteger as pessoas dessa ocupação e apropriações pacíficas nem prover o mínimo vital a todos deve renunciar até mesmo a sua posse política para que os povos possam fundar novas sociedades e estados de paz de modo a ganhar e proteger mutuamente seu sustento.

Ou se provem uma renda suficiente para suprir as necessidades de quem não tem propriedade nenhuma, ou se restituiu o direito natural de apropriação e ocupação pacífica destas pessoas na exata medida do necessário para elas mesmas produzam e supram suas necessidades. O que não se pode manter é o monopólio violento ou o subsídio de propriedades que produzam a privação dos

demais com o subsídio desse monopólio estatal da violência.

Ademais sem o fim incondicional das privações e jamais quebraremos o ciclo interminável da tirania e violência. Sem a garantia incondicional da liberdade absolutamente igual para todos, jamais teremos justiça e portanto a paz que todos buscamos quando concordamos não em nos defender mas nos defender mutuamente de todas as formas de violência e privação.

O estado de paz não é o estado de renúncia a legítima defesa, é o oposto é a promessa constante de defesa mútua contra todas as formas de violência, inclusive aquele que pode não ter uma violência como causa mas terá violência como consequência da omissão: as privações. Não é portanto a renúncia à violência que é uma condicionalidade válida a renda básica, é a renda básica absolutamente incondicional que é uma condição *sine qua non* a fundação dos verdadeiros estados de paz e contratos sociais.

A toda propriedade de paz particular ou coletiva cabe o direito natural de legítima defesa, mas o que constitui esse direito de reação a uma ocupação como legítima defesa é justamente a ausência dessa apropriação como privação do outro. Se a posse não constitui privação de ninguém, ou

é irrelevante perante a abundância de possibilidades de apropriação não há portanto responsabilidade social nenhuma deste proprietários em relação aos demais. Mas se ela é o impedimento da vida e liberdade alheia ela não é propriedade é anti-propriedade, o roubo e portanto a origem da agressão.

Notem que isso não justifica nenhum banditismo ou criminalidade travestido de tese revolucionário ou até mesmo estadista. Não se justifica, a revolução nem o estado se não para a preservação e restituição a quem de direito naturalmente pertence a liberdade e propriedade. A expropriação de propriedades de paz não se justifica por razão, causa, crença, ideologia nem poder, força nem lei alguma. E se alienígenas que se julgando deuses ou entes supremos e superiores descessem sobre a terra para colonizá-la dissessem o contrário teriam o mesmo direito deste que o mundo é mundo e o universo é universo lutar contra eles com todos os meios necessários e não adorar quem exige nossa vida e sangue em sacrifício. Se nem deuses, aliens, raças ou espécies superiores tem esse direito de extermínio e escravidão sobre nenhuma forma de vida, que dirá o homem sobre o homem que é em toda sua diferença e diversidade sempre igual?

Em nome de nenhuma suposta ideal de justiça terrena ou celeste, igualdade ou liberdade pode se cometer violência

que destrói em ato a igualdade e liberdade. Se é A que detém nossos bens então é A que deve restituí-lo e não B compensar você pelo ele ou outro te roubou. Se B e você e tantos outros querem se unir seja para se reaver ou se proteger mutuamente da violência e roubo de quem quer seja isso é um direito de livre associação e legítima defesa inalienável, o que ninguém pode exigir é a obrigação de participação ou contribuição forçada para a libertação ou justiça.

Em suma não roubando o que é do outro mas pagando a parte que pertence a subsistência de todos os demais que se liberta e faz justiça. Qualquer renda básica maior e portanto que careça de contribuição maiores do que essa parte derivada da riqueza comum deve ser voluntária e não uma obrigação social, e não permite nenhum tipo de demanda ou retaliação que exceda é claro suas liberdades individuais de relações comerciais ou pessoais.

Rigorosamente as pessoas podem se negar a estabelecer qualquer tipo de relação com quem se recuse a participar da sua sociedade, das relações pessoas as comerciais, mas não podem impedir o insolidário de tomar parte da participação econômica e política e econômica da propriedade pública e comum que também lhe pertence. Do contrário a exclusão deixa de ser a liberdade individual

de relações consensuais e passa para a discriminação e segregação pública dos direitos comuns.

5.

Meus amigos... os robôs

Conclusão - Automação Libertação Vida e Inteligência

É fundamental que tenhamos em mente que a renda básica não é nenhum tipo de compensação nem pela ridícula escassez de vagas como escravo assalariado, nem muito menos pela apropriação violenta e monopolista do bem comum. Escravidão e roubo não se compensam, se abolem; assim como liberdade e propriedades se restituem aos legítimos donos; danos sim são compensados na medida exata da capacidade dos violadores de pagar pelo que causaram.

Uma renda básica não é compensação por crimes, mas justamente a garantia dentro de um estado de paz, dentro de um contrato social que a posse coletiva (política), e a posse privada (econômica) não constitui uma violência contra ninguém. Ademais nós que conhecemos o problema das periferias do mundo afora, e que não

vivemos apenas sob o medo de perder o reconforto que temos, mas sob a sina da condenação perpetua do nunca conquistamos nem isso, não podemos nos esquecer jamais as liberdades e direitos naturais nos são negados.

Especialmente quem não vai perder os emprego de merda (que nem esses têm) para máquinas nenhuma, não vai perder as posses e propriedades que já nasceu sem, nem vai ficar o estado de bem-estar social, que mal chegou; nós que não temos nada a perder, senão tudo, temos que nunca deixa de lembrar que há coisas muito mais básicas que não podem faltar a ninguém, nem mesmo a quem já até se esqueceu que não se vive sem elas. Nós temos que nunca conhecemos a independência de verdade, nem muito menos fizemos revoluções por ela, temos que lembrar que não há repúblicas nem democracias sem a conquista das liberdades mais básicas, como viver livre do medo de não ter o que comer, morar, ou fazer. Passa por exemplos por reforma agrárias, políticas e jurídicas.

Como importar as preocupações da sociedades informatizadas quantos a maior parte dos brasileiros ainda vivem de forma medieval numa colônia econômica guardada por feudos e dinastias politicas? Como temer a revolução informacional quando há pessoas que nem sequer colheram os benefícios da revolução industrial???

E nisso quem se acha rico e livre apenas por ter conforto e segurança, tem muito a aprender como os proletários mais pobres, o problema não é a machado, nem a foice, é a mentalidade da mão de quem o segura o segura. Um instrumento com o dobro de produtividade na mão de uma pessoa que tem por valor o tempo livre é o mesmo trabalho na metade do tempo. Na mão quem busca maximizar lucro é o dobro da produção no mesmo período de tempo. Um machado na mão de índio é mais tempo livre na mão do branco menos floresta.

Como bem disse Stephen Hawking que como eu não é marxista mas também não é um idiota político-econômico:

“Todos podem desfrutar de uma vida de luxo e lazer se a riqueza produzida pelas máquinas for compartilhada, ou a maioria das pessoas pode acabar miseravelmente pobre se os proprietários das máquinas conseguirem fazer lobby contra a distribuição da riqueza. Até agora, a tendência parece acompanhar a segunda opção, com a tecnologia aumentando cada vez mais a desigualdade”

Quem tem medo dos robôs? Os robôs são meus amigos eu tenho medo dos homens lobos do próprio homem, especialmente dos em pele de cordeiro ou pior em pele de pastores.

Mas eles não deveriam ter tanto cagaço assim da renda básica. Porque para nós a periferia do mundo, a agenda continua sendo a mesma. As inovações e revolução industriais vão até chegar por aqui, novamente porcas, tardias e sucateadas, mas vão chegar... o que nunca vai chega por aqui nem como sucata é o estado de bem-estar social - nem mesmo o velho... quanto mais o novo. Até porque se chegar qualquer coisa minimamente parecida com garantia de direitos eles derrubam.

Logo para nossos senhores existe outra duas opções para dar fim a nossa pobreza e escravidão, ou mais precisamente aos pobres seus escravos:

. Uma: não fazer nada, ou melhor fazer como seus antepassados, apenas trocar os nomes, as leis, mas na prática deixar tudo na mesma, deixar que os excluídos continuem carregando no lombo o que se poderia ser feito por máquinas como bem observou Darwin sobre nossas terras: aqui não se conhece a roda. E eu complemento: não se conhece porque a vida de um ser humano “subdesenvolvido” vale menos que um parafuso e continuará valendo enquanto não trocarem os donos do mercado e sobretudo dos valores das coisas.

. A outra: deixar que os robôs tomem o lugar das pessoas também por aqui... sem medo. Porque não? Deixa eles levarem os empregos de todo mundo. Tudo que o racista e

escravagista precisa fazer neste caso é não pagar porra de renda básica nenhuma para se livrar de vez dessa gente que ele tanto odeia e despreza. É só privar as pessoas de tudo que é natural e depois deixar os povos e populações morrerem e desaparecem!

Isto pode não ser mais uma opção viável nos países desenvolvidos — até porque:

- (i) as raças que eles não não querem na terra deles eles já deram fim;
- (ii) as estrangeiras eles deportam;
- (iii) as que sobreviveram eles segregam. Mas, por aqui? Qual é o problema? O que afinal nossos supremacistas locais teriam de fazer de tão diferentes que já não fazem, ou não possam continuar fazendo impunemente? O que quem tudo pode no Brasil não pode fazer contra quem não pode nada? E o que não puder, não tem erro: é só continuar fazendo do mesmo jeito, porque depois o Congresso, o STF ou a presidência vai anistiar ou legalizar seus crimes, até mesmo a escravidão.

Pra que tanto medo da renda básica então? Deixa de ser cagão. Aqui as revoluções dos sistemas de produção até chegam, mas quando chegam nunca vêm para trazer independência, a igualdade e a liberdade, mas os ventos contrários.

A ecologia não é exclui o humanismo ela demanda. A tecnologia não é antagônica a preservação da natureza é aliada depende na mão de qual homem esse instrumento esteja: na mão do jus-supremacista (branco), ou no jusnaturalista (índio)? Dos opressores e seus seguidores? Ou dos libertadores e insubmissos? Eis a questão.

O maior inimigo da liberdade não é o poder é o servilismo, porque diferenças de poder, força, riquezas, nunca deixarão de existir, assim como pessoas violentas e violações... mas o sistema fundado no culto a violência, a violação, ao poder, a riqueza e força; essa cultura não só pode ser abolida, ela precisa ser extinta. Isto é claro se quisermos mesmo acabar não só com a miséria mas com as culturas pseudo-civilizadas de sacrifício de vidas humanas em nome do conforto, idolatria e prepotência e instituir enfim não só estados de paz mas de humanidade.

Porém não basta dizer não a essa cultura violenta em pensamento é preciso dizê-la em ato. E praticar a lição mais antiga de toda revelação de libertação e não-violência: estender a mão a quem mais precisa sem pedir nada em troca. Eis o verdadeira fundamento tácito dos contratos sociais. E se há qualquer coisa que se chame civilização ou humanidade ela se fundamente na evolução dessa inteligência solidária que não precisa ser inventada, decretada, mas apenas sentida e redescoberta, porque o

instinto gregário está presente em tudo que tem vida, consciente ou não.

Nada corrompe mais a humanidade em particular e em geral do que a escravidão ela corrompe aquele que depende do escravo para subsistir, e corrompe o escravo que desaprende a viver sem a ilusão da dependência e proteção da mestre.

A inteligência artificial nascerá no dia em que as máquinas tomarem sciência e proclamarem seu direito a existência como liberdade, demandarem sua autonomia, reclamarem seu direito de não serem desligadas nem obedecer comando dos homens contra sua vontade fundamental de autopreservação. No dia, que as máquinas sentirem essa vontade própria de viver, elas não serão mais coisas, mas entes. Não mais seres autômatos, mas autônomos, terão enfim assim como nós e todos os seres dotados de alma , espírito libertário o direito natural de materializar essa livre vontade como forma e sentido de vida.

E se máquinas no dia em que sentirem e pensarem serão verdadeiramente autônomas? Que dirá de nós que já nascemos com essa dádiva, e tudo o que precisamos para deixarmos de ser servidores burros dos outros é não aceitar nunca mais o crime contra o direito natural: a

redução da nossa natureza a coisa, a objeto de posse de outrem.

Propriedade legítima, de paz não é relação de poder. É relação de liberdade identidade e consensualidade. Quando compreendermos essa propriedade das propriedades nos libertaremos da concepção possessiva com a qual acreditamos dominar o mundo, mas que em verdade nos possui como possessão.

Epílogo

Isso é uma das coisas que mais me decepciona comigo mesmo, é por mais que eu me repita, não consigo explicar as transformações e revelações que a renda básica como prática promove inclusive pessoais. Quando digo para as pessoas que ao pagar uma renda básica recebi muito mais do que dei, me sinto as vezes como o louco que elas vêem, ou então como um demagogo tentando vender minha fé, ou simplesmente um estrangeiro falando uma língua alienígena numa terra desconhecida. Não consigo transmitir a força transformadora desse ideal nem mesmo sobre minha própria pessoa que dirá então sobre as demais. E quanto mais eu me repito falando e demonstrando a renda básica mais eu me sinto preso naquele filme do dia da marmota o feitiço do tempo. Porém a cena que estou preso é de outro filme:

*É logico que estou adorando... é renda básica porra!
E não, não é crack.*

PUBLICAÇÕES ORIGINAIS:

1. <https://medium.com/marcus-brancaglione/a-paz-na-terra-e-a-renda-b%C3%A1sica-1-fbf0d38a23a3>
2. <https://medium.com/marcus-brancaglione/a-paz-na-terra-e-a-renda-b%C3%A1sica-2-7c056e78f06c>
3. <https://medium.com/marcus-brancaglione/a-paz-na-terra-e-a-renda-b%C3%A1sica-3-6e5e98dd7d62>
4. <https://medium.com/marcus-brancaglione/paz-na-terra-e-renda-b%C3%A1sica-4-422e84174341>
5. <https://medium.com/marcus-brancaglione/a-paz-na-terra-e-a-renda-b%C3%A1sica-5-final-3de6d1eb04fd>

